

Título: O Primeiro Soldado Prático de Diogo do Couto e os seus contemporâneos

Autor: Nuno Vila-Santa

Introdução

O Soldado Prático de Diogo do Couto é uma das obras do polémico escritor mais conhecidas, a par das suas conhecidas e variadas Décadas. Porém, a versão do Soldado Prático mais divulgada foi a que o cronista compôs em inícios do século XVII, tendo ficado relegada para o esquecimento durante bastante tempo a primeira versão do Diálogo do Soldado Prático de meados do século XVI. Graças ao apurado trabalho de Coimbra Martins esta versão pôde ser reconstituída na sua plenitude, revelando as imensas diferenças entre a primeira e a segunda versão¹. A primeira versão do Soldado Prático cuja redacção se coloca normalmente em 1564² corresponde assim ao primeiro escrito conhecido que chegou à actualidade de Diogo do Couto. Se este facto, por si só, justifica o interesse em abordar esta primeira versão, importa desde já realçar a possível influência dos contemporâneos de Couto na sua escrita mas também a influência que esta primeira versão poderá ter tido em escritos arbitristas posteriores.

Na época em que o soldado Diogo do Couto finalizava a redacção do que hoje se designa por Primeiro Soldado Prático, outros autores escreviam as conhecidas Relações em torno dos diversos problemas que o Estado da Índia enfrentava. Entre estas relações contam-se: a do vice-provincial jesuíta padre Belchior Nunes Barreto de Janeiro de 1566³, a do capitão e vedor de Cochim João da Fonseca de 1567⁴, a do arcebispo D. Jorge Temudo de 1569⁵, a do visitador Alessandro Vallignano de Dezembro de 1575⁶, o Primor e Honra de Vida Soldadesca no Estado da Índia de

¹ Cf. COUTO, Diogo do, *O Primeiro Soldado Prático*, introdução, ensaio de leitura, glossário e índice onomástico por António Coimbra Martins, Lisboa, CNCDP, 2001, p. 219.

² Cf. *Idem*, p. 19; LOUREIRO, Rui Manuel, *A biblioteca de Diogo do Couto*, Lisboa, Instituto Cultural de Macau, 1998, p. 58; CRUZ, Maria Augusta Lima, “A pena das armas – discursos de três soldados práticos sobre a Índia nos finais do século XVI”, *Portas Comunicantes – Revista Lusófila Centro-Europeia*, Budapeste, Universidade de Elte, 2001, p. 38.

³ Dirigida ao provincial jesuíta de Portugal (Cf. Carta do Padre Belchior Nunes Barreto ao Padre Jaime Lainez, Cochim, 20. I.1566 – *Documenta Indica* (doravante DI), vol. VI, Roma, Monumenta Historica Societa Iesu, 1960, doc. 108, pp. 673-714).

⁴ Dirigida a um membro do conselho de D. Sebastião (Cf. WICKI, Joseph S. J., *Dois relações sobre a situação da Índia Portuguesa nos anos de 1568 e 1569*, separata Stvdia, Lisboa, Centro de Estudos Históricos, pp. 138-183).

⁵ Dirigida a D. Sebastião em resposta a carta circular (Cf. *Idem*, pp. 183-220)

⁶ Dirigida ao provincial jesuíta de Portugal (Cf. Carta de Alessandro Vallignano ao Padre Manuel Rodrigues, Goa, 31.XII.1575 - DI, vol. X, doc. 19, pp. 387-412).

autor anónimo provavelmente de 1578⁷, e já nos inícios do século XVII a Reformação do Governo e Milícia do Estado da Índia Oriental de Francisco Rodrigues da Silveira⁸. A estes acrescentou-se também em inícios do século XVII a segunda versão do Soldado Prático. Tendo presente a consonância cronológica destes escritos arbitristas com a redacção do Primeiro Soldado Prático de Diogo do Couto, procuraremos analisar o contexto político-cultural de escrita do Primeiro Soldado Prático, estudar as principais semelhanças e diferenças para com os escritos seus contemporâneos e, por fim, analisar qual o impacto à sua época.

Para atingir estes objectivos abordaremos brevemente a carreira de armas e de letras de Diogo do Couto, procurando compreender as principais influências culturais e políticas de Couto para a redacção do seu Primeiro Soldado olhando à globalidade da sua carreira de armas e de escrita. Em momento posterior, debruçar-nos-emos sobre os sentidos das escolhas de Couto para o Primeiro Soldado Prático de forma a melhor compreender as semelhanças e divergências para com os seus contemporâneos. Finda essa análise será possível questionar qual o impacto da obra à sua época e também reflectir sobre a sua importância no âmbito da carreira de escrita de Diogo do Couto.

1. O soldado Diogo do Couto e a sua carreira de armas e letras (1542-1616)

Como é conhecido, os primeiros anos de vida de Diogo do Couto giraram em torno do seu serviço na casa do Infante D. Luís⁹, irmão de D. João III e protagonista de peso na corte portuguesa de Quinhentos¹⁰. Tendo iniciado o seu serviço àquele Infante aos dez anos de idade e por ter nascido em 1542 admite-se o ano de 1552 como o ano da sua iniciação junto do Infante D. Luís. A sua entrada ao serviço deste Infante encontra-se relacionada com o facto de seu pai, Gaspar do Couto, ter participado na jornada de Tunes com D. Luís, por ele ter sido armado cavaleiro nessa ocasião e desde então integrar a sua Casa. A morte deste Infante, em 1555, seguida

⁷ Cf. *Primor e honra da vida soldadesca no Estado da Índia*, edição de Laura Monteiro Pereira, Maria Augusta Lima Cruz e Maria do Rosário Laureano Santos, Ericeira, Editora Mar de Letras, 2003, p. 28.

⁸ Cf. SILVEIRA, Francisco Rodrigues, *Reformação da milícia e governo do Estado da Índia Oriental*, edição de Luís Filipe Barreto, George Davison Winius e Benjamim N. Teensma, Lisboa, Fundação Oriente, 1996.

⁹ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, “Introdução” in *Diogo do Couto orador. Discursos oficiais proferidos na Câmara de Goa*, edição de Maria Augusta Lima Cruz, Rui Manuel Loureiro e Nuno Vila-Santa, Portimão, Arandis, 2016, p. 15.

¹⁰ Sobre a importância desta figura veja-se o artigo de DESWARTE-ROSA, Sylvie, “Espoirs et désespoir de l’infant D. Luís”, *Mare Liberum*, nº 3, 1991, pp. 243-298. Recorde-se ainda que Helder Carvalhal têm em preparação uma dissertação de doutoramento, sob orientação de Mafalda Soares da Cunha e Isabel dos Guimarães Sá, sobre este Infante intitulada “A Casa e Senhorio do Infante D. Luís: estrutura, clientela e relações de poder (1521-1555).

pouco depois pela do seu pai, motivaram a partida de Diogo do Couto para a Índia na armada de 1559¹¹ na qual seguiam os primeiros inquisidores da Índia, o primeiro arcebispo de Goa, D. Gaspar de Leão Pereira, bem como os bispos de Cochim e Malaca, respectivamente, D. Jorge Temudo e D. Jorge de Santa Luzia. Procurando alcançar honra e proveito no serviço na Ásia, ainda hoje se debate qual a origem social da família de Couto e o seu impacto na sua partida para a Índia.

Normalmente considerado como provindo de um escalão baixo do grupo nobiliárquico, um aspecto relevante destes primeiros anos de Couto é a influência que sobre ele terá exercido o Infante D. Luís, modelo do príncipe cortesão renascentista que Couto posteriormente não deixou de ter presente na redacção das suas Décadas. Essa influência é visível na forma como já cronista-mor da Ásia analisou e avaliou decisões políticas quer de D. João III, quer de D. Sebastião, os quais foram avaliados à luz do seu julgamento do príncipe cortesão que para ele simbolizara o Infante D. Luís¹². A ligação com este Infante pode também ter sido decisiva para o interesse que Couto evidenciou desde cedo de na Ásia aliar uma carreira de armas com o exercício da escrita. Este aspecto está ligado à sua passagem, ainda antes de partir para a Índia, pelo colégio jesuíta de Santo Antão e pelo mosteiro de Benfica. Nestes teve aulas com o jesuíta Manuel Álvares e com Frei Bartolomeu dos Mártires, posterior arcebispo de Braga¹³. Data dessa fase o seu conhecimento de D. António, Prior do Crato, filho natural do referido Infante¹⁴ bem como o interesse pelo jovem Couto nas letras.

Os primeiros dez anos de milícia de Couto no Estado da Índia, em termos do que terá sido a sua trajectória militar, são pouco conhecidos pois para eles apenas se conhecem as referências posteriores que Couto fez de si próprio nas Décadas. Assim, chegando à Índia em tempo do vice-rei D. Constantino de Bragança (1558-1561), a que parece ter sido a sua primeira missão foi a jornada de Surrate de Abril de 1561¹⁵. Tratou-se da segunda tentativa gorada de ocupar aquele porto na costa guzerate que fecharia o controlo português da enseada de Cambaia. Mas, o importante nesta missão

¹¹ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, “Introdução” in *Op. Cit.*, p. 15.

¹² Cf. MONIZ, Maria Celeste, *Glória e miséria nas décadas da Ásia de Diogo do Couto*, Lisboa, Edições Colibri, 2004, pp. 38-42.

¹³ Cf. FARIA, Manuel Severim de, *Discursos Políticos Vários*, Évora, por Manuel Carvalho impressor da Universidade, 1624, fls. 148v.-149.

¹⁴ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, “Introdução” in *Op. Cit.*, p. 15. A sua ligação ao Prior do Crato não terá sido fácil, motivo pelo qual se coloca a hipótese de após o falecimento do Infante esse ter sido mais um motivo da partida de Diogo do Couto para a Índia (Cf. MONIZ, Maria Celeste, *Op. Cit.*, p. 39).

¹⁵ Cf. COUTO, Diogo do, *Da Ásia*, Lisboa, Régia Oficina Tipográfica, 1783, VII, ix, 11-12.

foi a relação estabelecida com o capitão indigitado pelo vice-rei D. Constantino e de quem o soldado Diogo do Couto se tornou particularmente próximo: D. António de Noronha. O então ainda futuro vice-rei da Índia chegou a ter ordem de prisão do vice-rei por falhar a ocupação de Surrate. Desconhece-se o posicionamento de Couto perante tal situação, apenas se sabendo que permaneceu na Índia quando D. António de Noronha partiu para o Reino. Relativamente ao período de governação do vice-rei D. Francisco Coutinho, 3º conde de Redondo (1561-1564) e do governador João de Mendonça (1564) nada se sabe do percurso de Couto. O momento seguinte de presença do soldado Couto em acções militares encontra-se na ocupação de Mangalor¹⁶, em 1568, ao lado do vice-rei D. Antão de Noronha (1564-1568) e do capitão D. Francisco Mascarenhas, o futuro primeiro vice-rei da Índia a ser nomeado por D. Filipe I. A participação de Couto nesta jornada insere-se na proximidade e amizade que confessa ter tido com o vice-rei D. Antão de Noronha, quando se refere ao seu governo na Década VIII. Homem de reflexão e diálogo mais do que acção enérgica¹⁷ como foi o seu sucessor D. Luís de Ataíde (1568-1571), D. Antão de Noronha parece ter sido claramente um dos vice-reis da preferência de Couto. Tal, contudo, não impediu Couto de afirmar que o seu vice-reinado fora marcado por diversos infortúnios político-militares que de alguma forma desmereciam a personalidade e intenções do vice-rei¹⁸.

A ligação pessoal de Diogo do Couto a este vice-rei ajuda a explicar o motivo de ter partido para o Reino para solicitar o despacho dos seus serviços junto de D. Sebastião, na armada que levava o vice-rei cessante D. Antão. Após alcançar autorização do novo vice-rei D. Luís de Ataíde para se deslocar ao Reino, Couto zarpou de Cochim em Janeiro de 1569. Fazia-o um ano após D. Sebastião ter assumido o governo do Reino e com a intenção de apresentar os seus serviços e muito provavelmente também aproveitar este facto para apresentar ao jovem monarca a sua primeira versão do Diálogo do Soldado Prático que finalizara precisamente durante os anos da governação de D. Antão de Noronha. No caminho para o Reino, aportou com D. Antão em Moçambique, onde se encontrou pessoalmente com o poeta Luís de Camões.

¹⁶ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Diogo do Couto e a Década 8ª da Ásia*, vol. I, Lisboa, CNCDP/INCM, 1993, livro III, caps. 3 e 5.

¹⁷ Cf. *Idem*, vol. I, p. 812.

¹⁸ Cf. VILA-SANTA, Nuno, "O vice-reinado de D. Antão de Noronha (1564-1568) no contexto da crise do Estado da Índia de 1565-1575", *Anais de História de Além-Mar*, vol. X, Lisboa, CHAM, 2010, p. 100.

Como já foi sugerido por Charles Boxer¹⁹, não terá sido a primeira vez que se terá encontrado com Camões pois é possível que se tenham encontrado previamente em Goa. Este primeiro encontro entre ambos pode ter ocorrido desde o regresso de Camões à Índia em tempos do vice-rei D. Constantino de Bragança (1558-1561). Protegido de D. Francisco de Noronha, 2º conde de Linhares²⁰, Camões partiu para a Índia na armada de 1553 chegando a esta em tempo do vice-rei D. Afonso de Noronha (1550-1554)²¹. Este vice-rei não apenas era um membro da Casa de Vila Real, da qual descendia a Casa de Linhares, como provavelmente já o conheceu anteriormente por Camões ter prestado serviços em Ceuta nos anos finais da capitania de D. Afonso de Noronha²². Após servir este vice-rei e o vice-rei D. Pedro Mascarenhas (1554-1555)²³, Camões teve ordem de degredo para a China para onde o governador Francisco Barreto (1555-1558) o nomeou como provedor-mor dos defuntos²⁴. Após naufrágio na costa do Sião em que salvou os *Lusíadas* mas perdeu a sua amada, Camões aportou à Índia em 1560. Nesta permaneceu seguramente pelo menos durante os vice-reinados de D. Constantino de Bragança (1558-1561) e de D. Francisco Coutinho (1561-1564), figuras a quem Camões dedicou sonetos²⁵. É pois provável que Diogo do Couto o tenha encontrado em Goa por aqueles anos. Desta forma, o encontro em Moçambique em 1569 terá sido com elevada probabilidade um reencontro entre ambos. O interesse de ambos pela escrita poderá tê-los aproximado ainda na fase da estadia na Índia, apesar de se encontrarem em fases de vida distintas.

Enquanto Camões, dezoito anos mais velho que Couto, regressava ao Reino no auge da sua carreira militar²⁶, Couto acabara de iniciar a sua. Tal não obstou, contudo,

¹⁹ Cf. BOXER, Charles, «Camões e Diogo do Couto: Irmãos em Armas e nas Letras», *Ocidente - Revista Portuguesa de Cultura*, Novembro de 1972 (número especial), p. 27.

²⁰ Cf. SARAIVA, José Hermano, *Elementos para uma nova biografia de Camões*, Lisboa, Academia das Ciências, 1978, p. 32.

²¹ Cf. *Idem*, p. 122; FÁRIA, Manuel Severim, *Op. Cit.*, fl. 96.

²² Cf. FÁRIA, Manuel Severim de, *Op. Cit.*, fl. 97v.

²³ Cf. *Idem*, fl. 97. Para mais detalhes da capitania de D. Afonso de Noronha em Ceuta, a qual decorreu entre 1538 e 1549: Cf. VILA-SANTA, Nuno, *D. Afonso de Noronha Vice-Rei da Índia. Perspectivas do Reino e do Império em meados de Quinhentos*, Lisboa, CHAM, 2011, pp. 35-57.

²⁴ Cf. FÁRIA, Manuel Severim de, *Op. Cit.*, fl. 97; MARTINS, António Coimbra, «Camões et Couto», *Les Cultures Ibériques en Devenir. Essais publiés en hommage à la mémoire de Mareei Bataillon (1895-1977)*, Paris, Fondation Singer-Polignac, 1979, p. 697. Em causa, terá estado a apresentação pública por Camões de umas rimas que terão desagradado ao governador. A crítica de Camões surge num soneto de elogio a D. Constantino no qual censura Francisco Barreto (Cf. *Lírica Completa. Luís de Camões*, vol. III, prefácio e notas de Maria de Lourdes Saraiva, Lisboa, INCM, 2002, pp. 219-255).

²⁵ Cf. FÁRIA, Manuel Severim de, *Op. Cit.*, fl. 102 e 104; *Lírica...*, vol. I, pp. 238, 244, 246-249, vol. II, p. 261, vol. III, pp. 219-225. Sobre a relação de mecenato entre Luís de Camões e D. Francisco Coutinho veja-se o nosso artigo, submetido para a revista *Hispania Sacra*, “Between Renaissance and Counter-Reformation: shapping the historical memory of D. Francisco Coutinho, 3º earl of Redondo”.

²⁶ Cf. MARTINS, António Coimbra, “Camões...”, p. 692.

a que o encontro pudesse ter sido relevante para ambos. Se assumirmos como verdadeira a afirmação de Couto na década VIII de que Camões vivia então pobre, comia de amigos e solicitou um comentário dos *Lusíadas*²⁷, percebe-se novamente como a cumplicidade então evidenciada poderia ter raízes anteriores. Desconhece-se este comentário de Couto aos *Lusíadas* a despeito de existirem referências seguras de que terá sido realizado até ao Canto V e de que teria sido enviado por Couto ao seu amigo Fernando de Castro Pereira²⁸. Apesar de Coimbra Martins inicialmente colocar dúvidas quanto ao pedido do poeta a Couto, sobretudo porque Couto só se refere a Camões quando este já tinha falecido e era já autor consagrado²⁹, o que poderia contribuir para tornar a sua obra mais conhecida ao seu tempo invocando a sua ligação ao poeta, existem indícios que fortalecem a hipótese do pedido ter mesmo existido. Como refere Maria Augusta Lima Cruz, mesmo não se conhecendo este comentário de Couto aos *Lusíadas*, terá sido o perfil de colecionador de documentos e narrativas históricas de Couto que poderá ter suscitado o pedido de Camões³⁰. Na óptica de afinar essas mesmas narrativas históricas da chegada dos Portugueses à Ásia que como se sabe marcavam presença nos primeiros cantos dos *Lusíadas*, quem melhor do que Couto poderia comentar para os *Lusíadas*, tendo em conta que o futuro cronista desde cedo se procurara informar desses mesmos acontecimentos, colecionando documentos e relatos?

Se deste ponto de vista, o encontro poderá ter sido relevante para Camões a ponto de Couto transcrever na década VIII um soneto que Camões lhe dedicara naquela ocasião³¹, não menos marcante terá sido para Couto, o qual provavelmente encarou com admiração a obra e vicissitudes de vida do poeta. Essa admiração levou, aliás, mais tarde, Couto a citar e parafrasear diversas partes dos *Lusíadas* e dos sonetos de Camões, como várias investigações têm revelado³². Por outro lado, tendo à data, Diogo do Couto pronto o seu Primeiro Soldado Prático que tencionava

²⁷ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Diogo do Couto...*, vol. I, livro III, cap. VIII, pp. 469-473. Para as problemáticas em torno da veracidade deste testemunho de Couto intimamente ligadas à problemática da década VIII vejam-se: MARTINS, António Coimbra, “Camões...”, p. 699 e CRUZ, Maria Augusta Lima, “Camões e Diogo do Couto” in *Dicionário de Luís de Camões*, coordenação de Vítor Aguiar e Silva, Alfragide, Caminho, 2011, pp. 136-138.

²⁸ Cf. MARTINS, António Coimbra, “Camões...”, pp. 699-702.

²⁹ Cf. *Idem*, p. 699.

³⁰ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, “Camões...”, p. 139.

³¹ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Diogo do Couto...*, vol. I, livro III, cao. VIII, p. 471.

³² Cf. *Ibidem*; MARTINS, António Coimbra, “Camões...”, pp. 692-696; MATOS, M. Vitalina Leal de, «Camões lido por Diogo do Couto no "soldado prático"», *IV Reunião Internacional de Camonistas - Actas*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1984, pp. 359-372.

apresentar ao rei, não será de excluir a hipótese de o ter apresentado a Camões e até possivelmente de ter beneficiado de comentários que este possa ter feito à obra. Na medida em que Couto não era à data um soldado tão experiente como Camões, o qual aliás cursara destinos fora do subcontinente indiano ao contrário de Couto, e que o Diálogo pode ter sido adaptado em relação ao original, a hipótese de Camões ter sido mais uma das influências indirectas e não assumidas no Primeiro Soldado Prático é real. Todas estas problemáticas colocam não apenas Couto e Camões como irmãos em armas e letras no seu tempo como os designou Charles Boxer³³, como podem contribuir ainda para explicar a razão de Camões ter chegado ao Reino na mesma armada que trazia Diogo do Couto³⁴. Não esquecendo os desaguisados que tinham afastado Camões de Pero Barreto Rolim, o capitão de Moçambique que acolhera Camões à sua chegada à região³⁵, e que lhe tinham dificultado o seu regresso ao Reino, é possível que também aqui Couto possa ter intercedido junto do vice-rei D. Antão no sentido de embarcar o poeta para Lisboa. Uma vez mais vem à tona a ligação de Couto com este vice-rei. É importante não esquecer que D. Antão era também um membro da Casa de Vila Real e como tal primo de D. Francisco de Noronha, 2º conde de Linhares e mecenas de Camões.³⁶ Desta forma, o embarque do poeta não seria para D. Antão algo que lhe suscitasse oposição.

Ainda antes da chegada a Portugal, Diogo do Couto e Camões assistiram ao falecimento a bordo de D. Antão³⁷. Durante o ano de 1570, e já no Reino, Couto foi recebido por D. Sebastião em Almeirim. No encontro com D. Sebastião sabe-se que Couto lhe entregou o correio da Índia e o informou de todos os acontecimentos mais recentes na Ásia Portuguesa³⁸. É desconhecido se Couto falara ao *Desejado* de Camões, apenas sendo certo que o poeta não o acompanhou à audiência com o rei. Tal como sugere Coimbra Martins provavelmente apresentou também a sua primeira versão do Soldado Prático³⁹. Será espectável que tenha pedido apoio régio não apenas para o seu despacho mas também para uma possível publicação da sua primeira obra.

³³ Cf. BOXER, Charles, *Op. Cit.*

³⁴ Cf. *Idem*, p. 27; MARTINS, António Coimbra, “Camões...”, p. 692; CRUZ, Maria Augusta Lima, “Camões...”, p. 135.

³⁵ Cf. FARIA, Manuel Severim de, *Op. Cit.*, fl. 105.

³⁶ O que não implica que Camões tenha feito elogio posterior de D. Antão de Noronha, algo que não sucedeu (Cf. SARAIVA, José Hermano, *Op. Cit.*, pp. 129-130).

³⁷ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Diogo do Couto....*, vol. I, livro V, cap. VIII.

³⁸ Cf. Cf. COUTO, Diogo do, *O Primeiro....*, p. 16.

³⁹ Cf. *Idem*, p. 19; LOUREIRO, Rui Manuel, *Op. Cit.*, p. 58; CRUZ, Maria Augusta Lima, “A pena...”, p. 39.

Infelizmente não se conhece a resposta do rei a Diogo do Couto, apenas se sabendo que no ano seguinte de 1571 Couto partiu para a Índia na companhia do amigo D. António de Noronha, a quem o *Desejado* confiara o cargo de vice-rei da Índia e a obrigação de separar o governo da Índia do de Malaca confiado a António Moniz Barreto⁴⁰.

Na sequência do regresso definitivo de Couto à Índia, é o próprio que narra na Década IX como o vice-rei D. António de Noronha (1571-1573) o nomeou como feitor dos armazéns de Goa e tinha o hábito de se aconselhar de matérias políticas com ele⁴¹. Estes factos explicam que o tempo deste vice-rei tenha sido “um mar de rosas” para Couto na feliz expressão de Coimbra Martins⁴². Por isso mesmo, Couto se insurgiu com a deposição deste vice-rei ordenada por D. Sebastião, em 1573, e mais ainda com a sua substituição pelo governador António Moniz Barreto (1573-1577) como relata na década IX⁴³. A governação de Moniz Barreto significou para Couto um momento de afastamento em relação ao poder político e demonstra como não se deve dar por adquirida a sua proximidade de todos os governadores e vice-reis da Índia com quem conviveu e de quem escreveu crónicas. O caso do governador António Moniz Barreto é disso um exemplo paradigmático.

Noutros casos como o do governador D. Diogo de Meneses (1577-1578) fica por esclarecer qual a relação que estabeleceu com este⁴⁴. Já para o segundo vice-reinado de D. Luís de Ataíde, 3º conde de Atouguia (1578-1581), é conhecida a admiração de Couto pela acção político-militar desta figura, apesar da clara censura à personalidade considerada pelo cronista arrogante e altiva de Ataíde⁴⁵. Quanto ao governador Fernão Teles de Meneses (1581) e ao vice-rei D. Francisco Mascarenhas, 1º conde de Santa Cruz (1581-1584) existem indícios de que os seus tempos de governação terão sido

⁴⁰ Cf. COUTO, Diogo do, *Da Ásia*, Lisboa, Régia Oficina Typográfica, 1786, IX, 1.

⁴¹ Cf. *Idem*.

⁴² Cf. COUTO, Diogo do, *O Primeiro...*, p. 239.

⁴³ Cf. COUTO, Diogo do, *Da Ásia*, IX, 26. Para a análise dos acontecimentos deste período: Cf. VILA-SANTA, Nuno, “Revisitando o Estado da Índia nos anos de 1571 a 1577”, *Revista de Cultura*, Macau, nº 36, 2010, pp. 88-112.

⁴⁴ Em causa está a ausência da crónica de Couto para este período (Cf. nota seguinte). Sobre a problemática das diversas Décadas de Couto: MARTINS, António Coimbra, “Sobre as Décadas que Diogo do Couto deixou inéditas”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, 1971, pp. 272-355.

⁴⁵ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Diogo do Couto...*, vol. I, p. 814. De notar que esta afirmação de Couto se refere ao primeiro mandato vice-real de D. Luís de Ataíde (1568-1571), em que Couto esteve ausente da Ásia. Já relativamente ao seu segundo governo enquanto vice-rei não se conhece a segunda parte da década IX na qual Couto narraria os acontecimentos da Índia de 1575 a 1580. Estando à data Couto já casado e radicado na Índia, não parece crível que tenha mudado de opinião em relação a Ataíde até tendo em conta as difíceis circunstâncias da governação relacionadas com o contexto da crise dinástica (Cf. VILA-SANTA, Nuno, *Entre o Reino e o Império: A carreira político-militar de D. Luís de Ataíde*, Lisboa, ICS/Câmara Municipal de Peniche, 2015, pp. 253 e seguintes).

benéficos para Couto pois eram seus conhecidos desde a jornada de ocupação de Mangalor de 1568. Com Teles de Meneses, partilhara Couto o navio em 1568⁴⁶. Não existem indícios conhecidos que apontem para afastamento ou tensões com o vice-rei D. Duarte de Meneses (1584-1588)⁴⁷. Já relativamente ao governador Manuel de Sousa Coutinho (1588-1591), apesar de Couto não realizar o elogio da sua figura e governo na reduzida Década XI⁴⁸, é importante lembrar que este governador deve ter patrocinado impliticamente o primeiro pedido de Couto a D. Filipe I para ser nomeado como guarda-mor do arquivo de Goa e cronista da Ásia, o qual ocorreu em 1589⁴⁹. Para tal concorreu a crescente cumplicidade que Couto criara com sucessivos governadores e vice-reis e também a necessidade sentida à época na Índia de se dar continuidade à redacção das Décadas da Ásia que João de Barros interrompera com o seu falecimento⁵⁰. Além disso, sabe-se que foi durante a década de 1580 que Couto ocupou a capitania de Tarapor em Damão⁵¹, o que novamente aponta para a sua proximidade aos governantes desta época.

Já o tempo do vice-rei Matias de Albuquerque (1591-1597) foi particularmente difícil para Couto. Apesar de ter sido durante o tempo deste vice-rei, mais precisamente em 1595, que se confirmou a sua nomeação oficial como guarda-mor e cronista da Ásia, existem indícios de uma relação tensa. Não apenas porque este vice-rei, bisneto do governador Afonso de Albuquerque (1509-1515), se negou a conceder-lhe espaço para a criação do arquivo de Goa, como, mesmo depois disso, procurou interferir no acesso de Couto a documentos oficiais que necessitava para redigir as suas Décadas da Ásia⁵². Estas tensões são aliás evidentes no facto de na curta Década XI, Couto dedicar escassas páginas ao governo de seis anos deste vice-rei, mesmo considerando as palavras elogiosas que lhe dedica⁵³. Talvez também

⁴⁶ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Diogo do Couto....*, vol. I, livro III, cap. 5.

⁴⁷ Aliás visíveis nas palavras de Couto quando faz o elogio deste vice-rei na Década X (Cf. COUTO, Diogo do, *Da Ásia*, Lisboa, Régia Oficina Typográfica, 1788, X, x, 19).

⁴⁸ Cf. COUTO, Diogo do, *Dá Asia*, Lisboa, Régia Oficina Typográfica, 1789, XI, 12. Relembre-se que a versão da Década XI que se conhece foi composta por Couto após se ter perdido o original que seria naturalmente mais extenso.

⁴⁹ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, “Introdução” in *Op. Cit.*, p. 16.

⁵⁰ Nesse mesmo sentido já se pronunciara o arcebispo D. Jorge Temudo a D. Sebastião na sua relação de 1569. Cf. WICKI, Joseph, *Duas....*, p. 214.

⁵¹ Cf. COUTO, Diogo do, *O Primeiro....*, p. 78.

⁵² Cf. MARTINS, António Coimbra, *História de Diogo do Couto e seus livros*, separata da revista da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1991, p. 79

⁵³ Cf. COUTO, Diogo do, *Da Ásia*, XI, 35.

por isso a principal fonte utilizada para o governo deste vice-rei seja outra crónica da mesma época e não Couto⁵⁴.

O contraste com a crónica XII, apesar de ser conhecida na sua plenitude, escrita para o seu sucessor não podia ser maior. O primeiro vice-reinado de D. Francisco da Gama, 4º conde da Vidigueira (1597-1600) e bisneto de Vasco da Gama, alterou substancialmente a situação do cronista. D. Francisco tornou-se no grande protector e mecenas de Diogo do Couto. Como é sabido, Couto não apenas respondeu ao seu apelo de compor o Tratado dos Gama⁵⁵, como ainda lhe dirigiu uma Oração por ocasião da construção de uma estátua evocativa de Vasco da Gama⁵⁶. Não admira, por isso, que D. Francisco tenha tido também importante papel na publicação de algumas das Décadas de Diogo do Couto⁵⁷.

Foi precisamente a partir dos últimos anos do século XVI e num ritmo verdadeiramente frenético que Diogo do Couto redigiu as Décadas IV a XII, com diferentes destinos posteriores⁵⁸. Esse estatuto de cronista da Ásia que por então redigia as Décadas e se tornara suficientemente próximo do poder, explica a razão de Couto ter sido o orador oficial por ocasião da entrada dos vice-reis Aires de Saldanha (1600-1605), D. Martim Afonso de Castro (1605-1607), do governador André Furtado de Mendonça (1609) e dos vice-reis Rui Lourenço de Távora (1609-1612) e D. Jerónimo de Azevedo (1612-1617)⁵⁹. Apesar do conteúdo bastante crítico destas orações, o estatuto político de Diogo do Couto à época estava já suficientemente consolidado para que pudesse ser o orador formal de cada novo vice-rei mesmo que isso não significasse a concessão do hábito de Cristo que sempre pediu e não alcançou em vida⁶⁰. Em toda esta trajectória Diogo do Couto começou por ser um simples soldado e evoluiu, sobretudo, após o seu segundo regresso definitivo à Índia e casamento nesta com D. Luísa de Melo⁶¹, para uma figura incorporada no “sistema” que não cessou de o criticar. Também em busca das motivações profundas dessas

⁵⁴ Cf. VIGNATI, Antonella, “Vida e Acções de Mathias de Albuquerque, Capitão e Viso-Rei da Índia” in *Mare Liberum*, nº 15 (Junho de 1998), CNPCDP, 1999, pp. 139-245; IDEM, nº 17 (Junho de 1999), CNPCDP, 1999, pp. 269-360; WICKI, José, “Matias de Albuquerque, 16º vice-rei da Índia, 1591-1597” in separata *IV Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, pp. 1-22

⁵⁵ Cf. MARTINS, António Coimbra, *História*..., p. 80.

⁵⁶ Cf. *Diogo do Couto orador*..., oração 7. Tratou-se da segunda ocasião em que tal foi feito após a primeira tentativa durante o primeiro governo de D. Francisco da Gama.

⁵⁷ Cf. COUTO, Diogo do, *O Primeiro*..., p. 173.

⁵⁸ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, “Introdução” in *Op. Cit.*, p. 17; LOUREIRO, Rui Manuel, *Op. Cit.*, p. 63.

⁵⁹ Cf. *Diogo do Couto orador*..., orações 1-4.

⁶⁰ Cf. MARTINS, António, *História*..., p. 94.

⁶¹ Cf. COUTO, Diogo do, *O Primeiro*..., p. 19; Cf. MONIZ, Maria Celeste, *Op. Cit.*, p. 40.

críticas de Couto na fase final da sua vida é momento de detalhar as suas origens longínquas no Primeiro Soldado Prático.

2. Diogo do Couto e as escolhas no Primeiro Soldado Prático

Ao publicar a primeira versão do Soldado Prático, Coimbra Martins considerou que a data final de redacção era a de 1564 sobretudo tendo em conta que no Diálogo o Soldado afirmava que só assistira ao primeiro ano de governo do vice-rei D. Antão de Noronha⁶². Uma análise mais geral aos acontecimentos políticos-militares referidos no Primeiro Soldado Prático confirma que estes não ultrapassam aquele ano. Mas, tal não significa que o Diálogo não possa ter sofrido intervenções posteriores a esta data, desde logo pelos múltiplos contactos que Couto estabeleceu na Índia mas também tendo em conta as escolhas que efectuou para o mesmo.

Uma das principais escolhas do futuro cronista da Ásia prende-se precisamente com a ideia de compor um diálogo entre um vice-rei ficcional sem experiência da Ásia à data da sua indigitação e um soldado experiente com quartenta anos de milícia da Índia. Esta escolha desde logo contrastava com o estilo de escrita dos contemporâneos de Couto que se elencaram na Introdução e que redigiam por então as Relações com um estilo literário distinto e com intenções também diversas das planeadas por Couto para o seu Soldado Prático. De facto, na figura ficcional dificilmente poderemos ver o próprio Diogo do Couto que à data tinha apenas cinco anos de milícia, não sendo portanto uma figura experiente no prisma militar. Já a escolha de Couto de um vice-rei ficcional sem experiência da Ásia à data da nomeação enquadra-se numa problemática que se vinha vivendo no Estado da Índia até ao ano que Couto terminara a redacção: a da nomeação sucessiva de vice-reis sem experiência da Ásia. Assim sucedera desde que em 1550 D. João III nomeara pela primeira vez uma figura inexperiente da Ásia para suceder ao governador D. João de Castro: o vice-rei D. Afonso de Noronha (1550-1554). Em 1554, o *Piedoso* indigitou para o cargo o também inexperiente vice-rei D. Pedro Mascarenhas (1554-1555). Já os regentes D. Catarina e D. Henrique nomearam também dois vice-reis sem experiência da Ásia: D. Constantino de Bragança (1558-1561) e D. Francisco Coutinho, 3º conde de Redondo (1561-1564). Isto é, apenas a indigitação de D. Antão de Noronha, em 1564, sintomaticamente no ano em que Couto concluiu a redacção

⁶² Cf. COUTO, Diogo do, *O Primeiro...*, cap. 26, p. 548.

do Primeiro Soldado, invertera esse cenário pois D. Antão tinha experiência da Ásia desde o tempo de governo do seu tio D. Afonso de Noronha⁶³.

Tendo em conta os claros intuitos pedagógicos do Primeiro Soldado Prático⁶⁴, existem assim poucas dúvidas de que Diogo do Couto procurou aproveitar-se da nomeação sistemática pela Coroa de vice-reis sem experiência da Ásia para compor o seu Diálogo e o poder apresentar como um futuro manual de governança para outros vice-reis que pudessem vir a ser nomeados sem experiência asiática. Talvez também mercê desta situação e até tendo em conta que o Primeiro Soldado Prático é visto como “um mostruário de vice-reis”⁶⁵ é possível constatar que a figura do vice-rei ficcional tinha por detrás afinal um vice-rei modelar. Em nossa opinião esse vice-rei era D. Pedro Mascarenhas (1554-1555), figura que Couto só poderá ter conhecido no Reino por não se encontrar na Índia à data do seu governo e por D. Pedro ter falecido em Goa, mas da qual de certo muito terá ouvido falar a partir do momento em que aportou à Ásia. A governação de Mascarenhas contribuiu para criar a ideia de que fora um vice-rei bem-sucedido uma vez que não chegara a ter tempo de defrontar os principais problemas de governo asiático por apenas ter governado nove meses. Para esta convicção da figura de Mascarenhas como vice-rei modelar concorre o facto de ser o vice-rei mais vezes citado elogiosamente em todo o Diálogo, se excluirmos as assumidas preferências do Soldado pelos governadores Nuno da Cunha (1529-1538) e Martim Afonso de Sousa (1542-1545) os quais na narrativa pertencem à época dourada⁶⁶, bem como o facto de Mascarenhas ser o único que se encaixa no perfil traçado pelo Soldado relativamente ao vice-rei indigitado. Era este vice-rei de elevado estatuto social, tinha grande renda, não tinha filhos, tinha experiência de combate em Marrocos e fora embaixador em França e Roma⁶⁷. De todos os vice-reis citados no Diálogo D. Pedro Mascarenhas era o único que preenchia todos estes requisitos⁶⁸.

⁶³ Cf. VILA-SANTA, Nuno, “O Vice-reinado...”, p. 66.

⁶⁴ Cf. COUTO, Diogo do, *O Primeiro...*, p. 171; CRUZ, Maria Augusta Lima, “A pena...”, p. 39.

⁶⁵ Cf. COUTO, Diogo do, *O Primeiro...*, p. 24.

⁶⁶ Cf. *Idem*.

⁶⁷ Cf. *Idem*, p. 29.

⁶⁸ Cf. VILA-SANTA, Nuno, “D. Pedro Mascarenhas” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – www.cham.fch.unl.pt/eve. Destaque-se ainda que D. Pedro Mascarenhas foi com elevada probabilidade embaixador português junto de Francisco I de França aquando do seu regresso da embaixada a Carlos V em Bruxelas durante o ano de 1529 por se saber que regressou passando pela corte francesa (Cf. *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro Conde da Idanha do tempo que ele e seu pai, António Carneiro, serviram de secretários (1515 a 1568)*, edição de Ernesto de Campos Andrada, Lisboa, Imprensa Nacional, 1937, p. 61).

Ademais, e como veremos adiante, o Soldado não hesitou em classificá-lo como o mais sério de todos os vice-reis que tinham governado a Índia.

Estas escolhas do soldado Diogo do Couto evidenciam ainda mais uma tentativa de diferenciação relativamente aos seus contemporâneos, também baseada no seu menor estatuto político e social à época quando comparado com estes. Não sendo uma figura oficialmente do “sistema” (um vice-provincial, um visitador, um capitão ou vedor, um arcebispo), Couto saberia que teria menos hipóteses de ser escutado pelo rei. Nesse sentido, a escolha por um Diálogo e pelo vice-rei ficcional sem experiência da Ásia eram absolutamente decisivas como estratégia de diferenciação.

Todavia, estas escolhas encontram-se também intimamente ligadas à sua intenção de poder vir a alcançar uma publicação da obra. Para tal concorre o intuito pedagógico e a questão do manual de governança, mas também o perfil de toda uma carreira de armas e de letras que Couto sempre evidenciou. Por outras palavras, o facto de à data Diogo do Couto apenas ter cinco anos de milícia não implica que não tivesse intenção de destacar-se também como um escritor, aliando o ideal renascentista da pena e das armas. Por outro lado, é difícil de negar que terão existido influências na escrita nesta primeira versão do Soldado Prático por não ser expectável que um soldado com apenas cinco anos de milícia pudesse pronunciar-se sobre a variedade de assuntos presentes no Diálogo se não tivesse tido conselho de figuras mais experientes. Entre estas conta-se provavelmente o vice-rei D. Antão de Noronha de quem se viu Couto foi próximo e amigo. Tendo em conta que a finalização da redacção decorreu no vice-reinado de D. Antão e que foi no seu governo que emergiu a crise político-militar de 1565-1575⁶⁹, a qual constituiu uma motivação para a escrita do Primeiro Soldado Prático mas também das relações suas contemporâneas sobretudo na busca de panaceias para o Estado da Índia, a intervenção de D. Antão torna-se ainda mais verossímil.

Outras intervenções poderão ter ocorrido em função dos contactos pessoais que Diogo do Couto tinha à época e que são desconhecidos. Realce-se, aliás, que para a composição das Décadas não se baseou unicamente em documentos, dando também lugar prioritário aos testemunhos pessoais que recolhera⁷⁰. É, portanto, possível que um fenómeno semelhante possa ter sucedido no Primeiro Soldado Prático até pelo

⁶⁹ Cf. THOMAZ, Luís Filipe, “A Crise de 1565-1575 na História do Estado da Índia”, *Mare Liberum*, n.º 9, 1995, pp. 481-519.

⁷⁰ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Diogo do Couto...*, vol. II, p. 276.

facto de, à data, Couto ter menos experiência política e militar do que quando iniciou a redacção das suas Décadas no final de Quinhentos.

Esta problemática encontra-se ainda ligada à intencionalidade de apresentação da obra a D. Sebastião aquando da deslocação ao Reino para despacho dos seus serviços⁷¹, sendo crível que Diogo do Couto tenha apresentado ao *Desejado* a sua obra como uma proposta reformista para o Estado da Índia então a braços com a referida crise. Este aspecto é ainda reforçado pelo facto de em 1568 D. Sebastião numa das suas primeiras decisões governativas ter indigitado D. Luís de Ataíde como vice-rei da Índia com uma missão claramente reformista no âmbito da referida crise⁷². A questão que se colocava então a Couto era saber se o seu menor estatuto social mais do que as diferenças de estilo e de conteúdo do seu Primeiro Soldado Prático lhe permitirão alcançar a atenção do rei e a desejada publicação. Infelizmente, os dados conhecidos sobre o seu encontro com o *Desejado* em 1570 não permitem esclarecer com clareza estas interrogações mas uma comparação das diferenças e semelhanças com os contemporâneos ajuda a reequacionar certas problemáticas.

3. Couto e as semelhanças para com os seus contemporâneos

As semelhanças de conteúdo entre o Primeiro Soldado Prático de Diogo do Couto e os seus contemporâneos plasam-se em várias temáticas. Uma das mais visíveis é a crítica aos triénios de governação vice-reais visível quando, por exemplo, Couto colocou o vice-rei indigitado para seis anos de governação⁷³ ou ainda quando colocou na boca do vice-rei D. Afonso de Noronha a afirmação de que o mandavam regressar ao Reino após quatro anos de governação justamente quando ele acabara de aprender a governar a Índia⁷⁴. A crítica sobe claramente de tom quando o Soldado afirma que em três anos nada se podia fazer de duradouro pois no primeiro ano o vice-rei informava-se, no segundo governava efectivamente mas no terceiro já estava a preparar a sua defesa pelo que os seus detractores dele diziam junto do rei⁷⁵.

Outro dos traços fortes de similitude prende-se com a crítica ao excessivo poder detido pelos vice-reis. À medida que o Diálogo avança constata-se mesmo a subida do tom da crítica. O Soldado começa por denunciar o que considera ser o escândalo da

⁷¹ Cf. COUTO, Diogo do, *O Primeiro....*, p. 268.

⁷² Cf. VILA-SANTA, Nuno, *Entre o Reino e o Império: A carreira político-militar de D. Luís de Ataíde 1516-1581*, Lisboa, ICS/Câmara Municipal de Peniche, pp. 127-141.

⁷³ Cf. COUTO, Diogo do, *O Primeiro....*, cap. 10, p. 420.

⁷⁴ Cf. *Idem*, cap. 4, pp. 381-382.

⁷⁵ Cf. *Idem*, cap. 18, p. 482.

intervenção dos vice-reis na nomeação de oficiais de justiça⁷⁶ e no provimento de apaniguados seus nas rendosas viagens da China, Japão e Molucas⁷⁷. Posteriormente, denuncia o que designa como o maior escândalo da Índia portuguesa: a matrícula da Índia onde se assentavam os pagamentos de todos os soldados da Índia. Chamava-lhe o Soldado o “jardim dos vice-reis” narrando como o escrivão da matrícula já fora aconselhado por sucessivos confessores a resignar do cargo tais eram os pecados que se via forçado a cometer pela constante ingerência dos vice-reis nesta⁷⁸. A censura aos vice-reis inexperientes surge ainda mais clara quando o Soldado faz o elogio sistemático de todos os governadores de sucessão, encarados como figuras com mais experiência e prudência⁷⁹. Entre estes destaca-se aquele que até ao momento da sua escrita parecia ter sido o mais bem-sucedido: o governador Francisco Barreto (1555-1558). Couto terá privado com Barreto quando este aportou a Goa na sequência de uma tentativa fracassada de regresso ao Reino, em 1560⁸⁰, e sobretudo, em 1569, quando se encontrou com Luís de Camões em Moçambique e de novo com Francisco Barreto, à data capitão-mor da conquista e senhorio do Monomotapa⁸¹. Dele escreveu posteriormente que fora o “mais liberal do seu tempo”⁸².

A crítica ao rei pelas injustiças praticadas para com os soldados e excessivo favorecimento da fidalguia é também outro dos pontos de contacto com os contemporâneos. Nesta área, o Soldado começa por exigir vedores itinerantes para vigiarem localmente a actuação dos capitães de fortaleza e navios⁸³ e narra o episódio em que o Vice-Rei se lamenta ao Soldado que todos os grandes do Reino queriam que os seus filhos partissem com ele para a Índia pois já não existia África. Logo o Soldado alertava o Vice-Rei para o problema que estes fidalgos filhos dos grandes do Reino seriam mal chegasse à Ásia pois só exigiam estatuto, dinheiro, mercês e postos militares sem terem qualquer experiência prévia e era muito difícil os vice-reis conseguirem resistir às suas pressões⁸⁴. O escândalo de se nomearem familiares para cargos de elevada responsabilidade leva mesmo o Soldado a defender a extinção do

⁷⁶ Cf. *Idem*, cap. 9, pp. 411-417.

⁷⁷ Cf. *Idem*, cap. 13, pp. 443-446.

⁷⁸ Cf. *Idem*, cap. 9, pp. 411-417.

⁷⁹ Cf. *Idem*, cap. 16, pp. 462-467.

⁸⁰ Cf. COUTO, Diogo do, *Da Ásia*, Lisboa, Régia Oficina Typográfica, 1783, VI, viii, 13.

⁸¹ Sobre a figura e esta jornada veja-se o nosso artigo “Between Mission and Conquest: a review on Francisco Barreto’s journey to Mutapa (1569-1573)” no prelo na revista *Portuguese Studies Review*.

⁸² Cf. COUTO, Diogo do, *Da Ásia*, Lisboa, Régia Oficina Typográfica, 1781, VI, viii, 12, p. 277.

⁸³ Cf. COUTO, Diogo do, *O Primeiro...*, cap. 11, pp. 426-431.

⁸⁴ Cf. *Idem* e cap. 14, pp. 450-455.

segundo cargo da hierarquia militar do Estado da Índia, a capitania-mor do mar da Índia. Em momento raro, Couto personalizava a crítica no governador D. João de Castro (1545-1548) e no vice-rei D. Afonso de Noronha (1550-1554) que tinham nomeado, respectivamente, os filhos D. Álvaro de Castro e D. Fernando de Meneses para aquele cargo⁸⁵.

Outro dos pontos de confluência entre o Primeiro Soldado e os seus contemporâneos prende-se com a subalternização das armas em prol do comércio visível na censura do Soldado aos ouvidores que se faziam mercadores⁸⁶, na denúncia da fidalguia que ocupava postos militares no Golfo Pérsico que estava mais empenhada em negociar do que em guerrear a ameaçadora Baçorá⁸⁷ e sobretudo na afirmação do Soldado de que os Portugueses tinham conquistado a Índia como cavaleiros e a perdiam como mercadores⁸⁸. Por fim, outro ponto de semelhança surge na defesa do Soldado da necessidade de organização da jornada do Achém⁸⁹ e das conquistas de Ceilão⁹⁰ e sobretudo do Guzerate⁹¹. Também a defesa do reforço da posição portuguesa no Malabar através de guerra implacável ao Samorim de Calicute⁹² é mais um dos pontos de confluência para a resolução dos problemas gerados pela crise político-militar de 1565-1575.

A problemática das jornadas militares aproxima o Primeiro Soldado Prático das relações de João da Fonseca e do arcebispo D. Jorge Temudo, ambos figuras que Couto deverá ter conhecido na Índia. Relativamente a Temudo sabe-se que Couto o conheceu por ter vindo na armada de 1559 que também o trouxera à Índia. Quanto a Fonseca é provável que pelo menos tenha ouvido falar do conhecido capitão e vedor de Cochim, aliás feroz opositor do vice-rei D. Antão de Noronha⁹³. A denúncia dos malefícios dos triénios vice-reais ensaiada por Couto no Primeiro Soldado Prático encontra paralelo directo na relação do arcebispo D. Jorge Temudo⁹⁴ mas também na

⁸⁵ Cf. *Idem*, cap. 12, pp. 433-442.

⁸⁶ Cf. *Idem*, cap. 5, p. 387.

⁸⁷ Cf. *Idem*, cap. 19, p. 487.

⁸⁸ Cf. *Idem*, cap. 24, pp. 533-538.

⁸⁹ Cf. *Idem*, cap. 20, pp. 497-501.

⁹⁰ Cf. *Idem*, cap. 18, pp. 480 e 483-486.

⁹¹ Cf. *Idem*, cap. 23, pp. 526-532.

⁹² Cf. *Idem*, cap. 21, pp. 503-505 e 506-512.

⁹³ Cf. VILA-SANTA, Nuno, “O vice-reinado...”, p. 91.

⁹⁴ Sobretudo quando afirma: “antes um mediocre viso-rey perpetuo, que cada três annos hum muito escolhido” (Cf. WICKI, Joseph, *Duas relações...*, p. 194).

relação do visitador jesuíta Alessandro Vallignano de 1575⁹⁵. Em suma, conclui-se que, com Temudo e Fonseca, Diogo do Couto pela boca do Soldado nesta primeira versão do Soldado Prático assume-se como um defensor da expansão militar do Estado da Índia, no âmbito da crise político-militar, por oposição aos que defendiam a retracção e contenção do Estado da Índia⁹⁶. No entanto, estas similitudes não devem obscurer as intensas diferenças de Couto com os seus contemporâneos.

4. Couto e as divergências com os seus contemporâneos

A principal e mais visível das divergências de Couto para com os seus contemporâneos surge na denúncia sistemática feita ao longo de todo o Diálogo da intervenção eclesiástica na esfera política. Para o efeito, o Soldado evoca o seu vice-rei modelar, D. Pedro Mascarenhas, que classifica como “o mais sisudo dos vice-reis”⁹⁷ e narra o episódio da “faladinha” deste vice-rei às autoridades eclesiásticas. Sendo Mascarenhas, o embaixador português em Roma quando D. João III solicitou o envio dos primeiros jesuítas para Portugal e tendo-os trazido pessoalmente ao rei, quando foi divulgada a sua nomeação como vice-rei da Índia, existiu desde o primeiro momento grande expectativa dos jesuítas de que o seu governo fosse favorável aos seus interesses. O Soldado narra como vendo-se este vice-rei diariamente assoberbado com pedidos de toda a espécie destes e outros religiosos os decidiu reunir na dita “faladinha” para lhes comunicar que nada mais lhes pedissem do que o estritamente necessário à missão pois nada mais lhes daria. A actuação de Mascarenhas era o mote para o Soldado elogiar a coragem deste vice-rei e denunciar os vice-reis que sistematicamente cediam às pressões eclesiásticas com receio da sua influência junto do rei⁹⁸. Não admira assim que o Soldado censure o “vice-rei missionário”⁹⁹ D. Constantino de Bragança que tinha o hábito de se aconselhar com as autoridades eclesiásticas¹⁰⁰ bem como que critique a ordem recente dos regentes do Reino para que os governadores de sucessão governassem em conjunto com o arcebispo de Goa pois afirmava que do parecer dos eclesiásticos

⁹⁵ Cf. Carta de Alessandro Vallignano ao Padre Manuel Rodrigues, Goa, 31.XII.1575 - *DI*, vol. X, doc. 19, pp. 396, 398 e 403.

⁹⁶ De que os vice-reis D. Antão de Noronha e D. António de Noronha são exemplo.

⁹⁷ Cf. COUTO, Diogo do, *O Primeiro...*, cap. 7, p. 397.

⁹⁸ Cf. *Idem*, pp. 396-399.

⁹⁹ Expressão utilizada por Joseph Wicki para designar a personalidade e governação deste vice-rei. Sobre o tema veja-se: PELÚCIA, Alexandra, “Inesperada Trindade: A Casa de Bragança, D. Constantino e o vice-reinado da Índia” no prelo no âmbito do livro do projecto sobre D. Teodósio I, 5º duque de Bragança.

¹⁰⁰ Cf. COUTO, Diogo do, *O Primeiro...*, cap. 17, pp. 473-474.

nunca se acrescentara nada de positivo ao governo do Estado da Índia¹⁰¹. Esta censura implícita ao aprofundamento da dinâmica contra-reformista na Ásia Portuguesa que por então se vivia em Goa é ainda visível quando o Vice-Rei pedia ao Soldado conselho sobre como reformar a matrícula da Índia e este respondia ironicamente com o pedido para não ser denunciado à Inquisição pelas imoralidades que iria relatar¹⁰².

Outro ponto claro de divergência de Couto com os seus contemporâneos prende-se com a defesa da deslocação da capital do Estado da Índia de Goa para Baçaim¹⁰³, a pretexto da necessidade de conquista do sultanato guzerate¹⁰⁴. É possível que esta defesa de Couto esteja relacionada com a sua participação na jornada de Surrate e com o conhecimento das oportunidades que aquela região podia oferecer. Mas, na área político-militar, a divergência maior surge quando Couto dedica um capítulo à China colocando na boca do Soldado a ideia da hostilidade para com a expansão para esta região retratada como terra de delícias, de enriquecimento fácil e de fuga à Inquisição¹⁰⁵. Ominipresente estava o receio de que o Estado da Índia se focasse demasiado a Oriente e que perdesse o seu foco central no Índico Ocidental. Por fim e de uma forma mais geral, constata-se que o Primeiro Soldado contém uma defesa implícita dos “casados”, isto é, dos portugueses radicados e casados na Índia, contra os fidalgos que anualmente chegavam do Reino e que nos momentos de aperto apesar das suas obrigações militares raramente as cumpriam, sendo necessário aos ditos “casados” salvar militar e financeiramente o Estado da Índia. Esta defesa não deve ser estranhada sobretudo tendo em conta que em fase posterior Diogo do Couto integrou claramente o grupo dos casados.

Desta forma, o Primeiro Soldado Prático de Diogo do Couto afasta-se, por exemplo, da relação de João da Fonseca quando defende prioritariamente a conquista do sultanato guzerate e só secundariamente o investimento na manutenção do Malabar. Um dos silêncios mais evidentes deste Primeiro Soldado quando comparado com os seus contemporâneos verifica-se quando o Soldado não toma posição sobre a questão da privatização dos comércios da Ásia, tão defendida nas relações de João da Fonseca

¹⁰¹ Cf. *Idem*, cap. 16, pp. 465-467.

¹⁰² Cf. *Idem*, cap. 9, p. 410.

¹⁰³ Cf. *Idem*, cap. 22, pp. 521-524.

¹⁰⁴ Motivo pelo qual Couto dedica um capítulo à defesa da manutenção da recém-conquistada Damão, o qual serve de mote para a defesa da necessidade de ocupação do Guzerate (Cf. *Idem*, cap. 23, pp. 526-532).

¹⁰⁵ Cf. *Idem*, cap. 25, pp. 540-543.

e D. Jorge Temudo¹⁰⁶. O facto de Couto não alinhar com as teses de reforço do poder dos vice-reis e de não se pronunciar sobre a sugestão de separação do governo de Malaca, defendidas por D. Jorge Temudo¹⁰⁷, e sobretudo de não acompanhar a sua proposta de extinção da matrícula da Índia pela de substituição pelo sistema das ordenanças, como Temudo e Fonseca defendiam¹⁰⁸, aponta para a falta de experiência de Couto nestes temas. Estes factos reforçam ainda a convicção que em outros temas a obra poderá ter sofrido diversas influências difíceis de apurar tendo em conta que tão pouco se conhece destes primeiros anos da vida de Couto na Índia. Em todo o caso, não se deve descartar o peso que estas lacunas poderão ter tido no impacto à sua época do Primeiro Soldado Prático.

5. Impacto à época do Primeiro Soldado Prático

Como já se referiu anteriormente, o menor estatuto político e social de Couto quando comparado com os seus contemporâneos colocava-o à partida em posição de desvantagem na luta pela atenção régia. Por aqueles anos, não eram, de facto, poucos aqueles que se dirigiam a D. Sebastião, esperançados que o jovem monarca pudesse resolver os múltiplos problemas que ameaçavam a Ásia Portuguesa. Comparando a influência do Primeiro Soldado de Diogo do Couto com as relações elencadas inicialmente facilmente se conclui como Couto foi o que teve menor capacidade de influenciar D. Sebastião e as suas políticas. Tal resulta do facto de o momento de maior influência de Couto junto do rei se ter registado aquando da deslocação ao Reino e encontro em Almeirim. Sendo, como já se destacou, o Primeiro Soldado Prático um apelo à reforma do Estado da Índia e tendo Diogo do Couto sido próximo do capitão D. António de Noronha, coloca-se a possibilidade de poder ter influenciado a indigitação de Noronha como vice-rei em 1571. No âmbito da política sebástica para a Índia, a indigitação de Noronha pretendia dar continuidade a uma política reformista que fora iniciada por D. Sebastião quando nomeara o vice-rei D. Luís de Ataíde, em 1568¹⁰⁹. Esta continuidade política e a própria escolha de D. António de Noronha apontam assim para uma possível influência de Couto em 1571, sobretudo tendo em conta que o próprio Couto regressou à Índia definitivamente com este vice-rei.

¹⁰⁶ Cf. WICKI, Joseph, *Duas....*, pp. 1516-159 e 217-219.

¹⁰⁷ Cf. *Idem*, pp. 190-191.

¹⁰⁸ Cf. *Idem*, pp. 148, 168-169 e 195-196.

¹⁰⁹ Cf. VILA-SANTA, Nuno, “A Coroa e o Estado da Índia nos reinados de D. Sebastião e D. Henrique: Política ou Políticas?”, *Lusitania Sacra*, n° 29 (Janeiro-Junho 2014), p. 59.

No entanto, o momento de influência de Couto foi breve, tendo em conta a deposição deste vice-rei, em 1573, ordenada por D. Sebastião, e que causou em Couto uma desilusão com o sistema que até então tivera esperança de reformar. As circunstâncias, consideradas por Couto imorais, da chegada ao poder do governador António Moniz Barreto em 1573¹¹⁰, assim como a decisão sebástica de 1574 de ordenar a execução do capitão de Chale, D. Jorge de Castro¹¹¹, tiveram um impacto profundo em Couto. Este impacto foi visível tanto quanto foram estes acontecimentos que o motivaram a iniciar a redacção da segunda versão do Soldado Prático¹¹². Esta versão mais conhecida e que alcançou publicação após a morte de Couto, ao contrário da primeira que só foi revelada pela investigação de Coimbra Martins, foi sendo redigida durante os finais do século XVI e foi finalmente composta para publicação no início do século XVII quando Couto foi informado que a primeira versão do Soldado Prático circulava manuscrita na Ásia e no Reino e que tinha grande sucesso¹¹³. Foi, portanto, cerca de trinta anos após os eventos traumáticos de 1573 e 1574 que Diogo do Couto finalizou a redacção do Segundo Soldado Prático, com uma estrutura bem diferente da do Primeiro em que o vice-rei ficcional sem experiência da Ásia foi substituído por um governador de sucessão e um despachador¹¹⁴. A escolha pelo governador de sucessão, acusado de cumplicidade com os males que afligiam a Índia, denunciava já a desilusão que Couto com estes tivera desde que no Primeiro Soldado Prático os defendera por contraposição aos vice-reis nomeados sem experiência da Ásia. O tom mais agressivo, irónico e desiludido do Soldado evidencia bem como Couto perdera já toda a esperança de uma reforma do Estado da Índia que pudesse ser eficaz.

Este aspecto encontra-se directamente ligado não apenas ao contexto adverso de inícios do século XVII com a chegada dos rivais europeus, mas ainda antes desse momento àquele que poderíamos considerar o segundo momento de desilusão de Couto. Esse segundo momento coincidiu com o desastre de Alcácer-Quibir, a crise dinástica, e com a chegada ao poder de D. Filipe I a significar a consumação da viragem atlântica do Império Português e a perda de um certo estatuto de centralidade

¹¹⁰ Bem visíveis na década IX no facto de Couto pela primeira vez transcrever o juramento de um governador da Índia por ocasião da tomada de posse de António Moniz Barreto (Cf. COUTO, Diogo do, *Da Ásia*, IX, 15, pp. 108-110).

¹¹¹ Cf. *Idem*, IX, 26, pp. 216-219; MONIZ, Glória Celeste, *Op. Cit.*, p. 41.

¹¹² Cf. COUTO, Diogo do, *O Primeiro...*, p. 255.

¹¹³ Cf. *Idem*, p. 257.

¹¹⁴ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, “A pena...”, p. 41.

política de que o Estado da Índia sempre usufruía durante a dinastia de Avis. Estes eventos coincidem aliás com a redacção por Couto das Décadas da Ásia nas quais defendeu implicitamente a ideia da decadência da Ásia Portuguesa.

Mais mais importante do que historiograficamente questionar a pertinência desta ideia da decadência do Estado da Índia na segunda metade de Quinhentos, é importante destacar como o espírito de redacção do Primeiro Soldado Prático influenciou obras como o *Primor e Honra da Vida Soldadesca no Estado da Índia* de autor anónimo e de 1578 ou já nos inícios do século XVII a *Reformação da Milícia e Governo do Estado da Índia Oriental* de Francisco Rodrigues da Silveira. Nessa medida, e tendo presente que o Primeiro Soldado Prático não alcançou publicação em vida de Couto mas não deixou de circular manuscrito e de ser a primeira obra composta por Couto, cabe questionar em que medida é que essa primeira versão não poderá ter constituído um primeiro ensaio de um discurso decadentista que Couto tanto desenvolveu posteriormente nas Décadas da Ásia mas também nas Orações proferidas por ocasião das entradas solenes dos vice-reis em inícios do século XVII. Desse ponto de vista, restam poucas dúvidas que a parca influência que em vida de Diogo do Couto o Primeiro Soldado Prático teve, foi plenamente alcançada depois da sua morte.

Conclusão

Um dos pontos que merece novos estudos é, portanto, a continuidade discursiva do Primeiro Soldado Prático para com obras posteriores de Couto, não esquecendo que estamos em presença do primeiro escrito de Diogo do Couto. Sobre a originalidade deste primeiro escrito de Couto no cenário asiático, restam também escassas dúvidas. À época não se conhece uma obra composta em forma de Diálogo e com os intuitos pedagógicos do Primeiro Soldado Prático que circulasse na Ásia. Os exemplos que se conhecem dizem respeito a Espanha da mesma cronologia¹¹⁵. Desta forma, não é exagerado afirmar que o Primeiro Soldado Prático de Diogo do Couto é original ao seu tempo pelo estilo literário adoptado.

Contudo, como se viu tal não implicou que Couto e a sua obra tivessem uma maior possibilidade de audiência junto de D. Sebastião. Para isso concorreu não apenas o menor estatuto social e político de Couto à época como também o facto de, quando comparado com os seus contemporâneos, o Primeiro Soldado Prático ser mais

¹¹⁵ Cf. COUTO, Diogo do, *O Primeiro...*, p. 13; COUTO, Diogo do, *O Soldado Prático*, edição de Ana María García Martín, Coimbra, Angelus Novus, 2010, pp. 22-27.

uma obra de denúncia do que uma obra reformista pura. Em raros momentos, o Soldado assumia propostas concretas de resolução dos problemas como aquelas que se encontram nas relações estruturadas de João da Fonseca, D. Jorge Temudo ou Alessandro Vallignano. O próprio estilo literário do Diálogo era neste aspecto limitador quando comparado ao da Relação na qual, por norma, se começava por elencar os problemas e numa segunda parte se reflectia sobre as soluções. Mercê desta situação, constata-se que D. Sebastião preferiu seguir os pareceres destas figuras na tomada de decisões políticas, por exemplo, quando ordenou a privatização dos comércios da Ásia em 1570 influenciado por uma relação como a de João da Fonseca, ou quando ordenou a separação do governo de Malaca, em 1571, e mesmo a deposição de um vice-rei, em 1573, influenciado por uma relação como a do arcebispo D. Jorge Temudo. Deste ponto de vista, como se realçou, o possível momento de influência de Couto registou-se em 1571 na nomeação do vice-rei D. António de Noronha, e essa influência foi curta e não estruturante.

Tendo presente todas as diferenças do Primeiro Soldado Prático com os seus contemporâneos, e como salientou Maria Augusta Lima Cruz¹¹⁶, não há dúvida que Couto partilha com todos os seus contemporâneos um sentimento de impotência perante a magnitude dos problemas colocados à presença portuguesa na Ásia. Foi essa mesma consciência de Couto, aliada com a sua desilusão com o sistema vigente e a sua possibilidade de reforma, que o levou a perfilhar o discurso da decadência moral da Índia Portuguesa. O que começou por ser um discurso essencialmente moralista evoluiu depois para a área política e militar em função de acontecimentos que Couto presenciou sobretudo em momentos posteriores a 1580 e que de alguma forma o convenceram ainda mais que essa decadência era irreversível independentemente da existência de boas intenções da parte do sempre distante rei ou dos seus representantes máximos na Índia. É igualmente relevante não esquecer que esta tónica discursiva de Couto encontra relação directa com o seu sentimento de revolta por considerar que não era suficientemente escutado e reconhecido pelo seu trabalho de cronista e escritor polémico.

A importância estrutural das Décadas de Couto enquanto principal fonte para o estudo do Estado da Índia na segunda metade do século XVI, explica o destaque que esta tónica discursiva de Couto alcançou. É importante não esquecer que ela está na

¹¹⁶ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, “A pena...”, p. 50.

origem da criação de uma lenda negra dos Portugueses na Ásia que ainda hoje é debatida na historiografia¹¹⁷. Contudo, esta lenda negra não deve ser confundida com as realidades políticas e militares do Estado da Índia na segunda metade do século XVI pois diversos e variados estudos tem confirmado como a ideia da decadência é, em vários aspectos, prematura para a segunda metade de Quinhentos.

Mas, como também se destacou, é importante estudar o Primeiro Soldado Prático como o primeiro escrito de Diogo do Couto onde já é possível encontrar essa ideia da decadência. Por essa mesma razão importa analisar como Couto desenvolveu essa ideia ao longo do tempo em obras posteriores em articulação com o seu primeiro escrito, procurando perceber qual foi o verdadeiro papel e importância que o Primeiro Soldado Prático teve para o próprio Diogo do Couto.

¹¹⁷ Cf. WINIUS, George Davison, *A lenda negra da Índia Portuguesa. Diogo do Couto, os seus contemporâneos e o Soldado Prático. Contributo para o estudo da corrupção política nos impérios do início da Europa Moderna*, Lisboa, Edições Antígona, 1994.